

ARQUITETURA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO (UFG): HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UMA “SINCERIDADE MATERIAL” (1974-1980)

WILTON DE ARAÚJO MEDEIROS*

INTRODUÇÃO

No contexto de comemoração dos 40 anos do Colégio de Aplicação da UFG, considera-se relevante refletir sobre a história do edifício que abriga a instituição. Planejado e executado especialmente para a finalidade educacional, essa história possibilita-nos no presente lembrar e pensar sobre as relações entre o seu projeto arquitetônico, as intenções do arquiteto que o projetou e as diferentes apropriações e usos atribuídos ao longo desse processo. Refletir sobre a arquitetura do edifício neste contexto de comemoração permite pensar sobre o entrelaçamento entre história e memória por meio dos usos e relações com o espaço escolar construído, e como essas relações são produtoras de significados diversos que merecem ser discutidos e problematizados. Tanto pelas inter-relações e reflexões possíveis quanto pelas características arquitetônicas, é relevante destacar a originalidade do projeto, imbricada com a história da arquitetura brasileira e goiana do período, e a trajetória profissional de Caiubi Schultz, o arquiteto que o projetou.

HISTÓRIA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO (1974-1980)

O Colégio de Aplicação da UFG foi concebido arquitetonicamente em 1974, construído nos seis anos posteriores, e inaugurado em 1980. Já a concepção da instituição em si antecede a este período, relacionando-se conjuntamente ao surgimento da Faculdade de Educação da UFG. A construção do *Campus* II da UFG, onde o Colégio foi situado, expressa em boa medida o contexto do Governo brasileiro nos anos de 1970 no qual os investimentos governamentais eram abundantes em infra-estrutu-

* Arquiteto e Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: wilton_68@hotmail.com

ra, escolas, centros cívicos e administrativos, conjuntos habitacionais etc., orquestrados pelos Planos de Desenvolvimento Integrados (PDIGs) que faziam frente à ordenação da forte urbanização ocorrida no período. Nesse cenário, o governo era um grande cliente para os arquitetos.

Caiubi Schultz, o arquiteto que projetou o Colégio de Aplicação da UFG, mudou-se do Rio de Janeiro para Goiânia em 1973, contratado para compor a equipe de planejamento governamental de Leonino Caiado¹.



Fig. 1: Fotografia de Caiubi Schultz em julho de 2010 Autor: Wilton Medeiros.

Fig. 2: Colégio recém-inaugurado. Fonte: Arquivo do Cepae/UFG.

Logo nos primeiros anos em que morou em Goiânia (1973/1974), ao mesmo tempo em que elaborou o plano de educação para o Governo do Estado, Schultz elaborou também inúmeros projetos residenciais para particulares além de diversos projetos e construções de escolas estaduais. Nesse período, Goiânia passava por intensa metropolização, iniciada desde meados dos anos de 1960. Como Schultz, muitos outros arquitetos vieram para Goiânia, já que a cidade se configurava como um campo promissor na área de arquitetura e planejamento urbano.

Diversas estruturas e equipamentos de dimensões metropolitanas estavam sendo inauguradas na cidade, no período. O porte desses equipamentos e estruturas inseria Goiânia no concerto da nação não apenas como capital do Estado, mas, sobretudo, como metrópole que participava do desenvolvimento do “milagre” econômico brasileiro. O prédio do Centro Administrativo teve a sua construção finalizada na Praça Cívica em 1973,

1 O engenheiro Leonino Di Ramos Caiado foi noemado governador do Estado de Goiás em 1971. O seu governo estendeu-se até 1975.

passando a simbolizar a verticalização do *skyline* urbano que compôs a nova imagem da cidade. Em 1974 foi iniciada a construção do *Campus II* da UFG e inaugurados o Autódromo Internacional, o Estádio Serra Dourada e as Centrais de Abastecimento de Goiás (Ceasa), dentre outras estruturas urbanas de grande porte, citadas aqui porque consolidaram o adensamento urbano ou iniciaram processos de ocupação em toda a cidade.

Na verdade, como mostra Medeiros (2010, p. 133), desde o início dos anos de 1950, Goiânia teve o seu sistema de fluxos sob forte impacto, aumentado pela crescente demanda por ocupação urbana, tanto com loteamentos aprovados pela Prefeitura quanto com ocupação de áreas ilegais às quais se dirigiam grande parte da população migrante. Desde então, a cidade passou a assumir aos poucos uma condição de expansão em 360 graus. Exemplo disso é o crescimento na direção da Fazenda Samambaia, onde, desde 1954, tentava-se fazer funcionar a Escola Agrotécnica de Goiânia, núcleo a partir do qual, durante os anos de 1960, iniciou-se o processo de implantação do *Campus* da UFG (ver projeto na figura 3), consolidado em 1974.



Fig. 3: Mapa aerofotoidentificado (Escola de Agronomia/Engenharia Rural). Ilustração mostrando a implantação do Campus 2 da UFG na Fazenda Samambaia, região norte de Goiânia. Fonte: CI-DARQ/UFG.

Como afirma Medeiros, diante do intenso processo de metropolização de Goiânia, faz-se necessário a formulação de um “pensamento histórico”, para saber, por meio de uma “explicação narrativa”, como os “vazios de sentido” (Rüsen, 2001) podem ser superados. A concepção sim-

meliana de cidade moderna (Simmel, 1979) orienta a concebê-la a partir das formas e dos gestos humanos. Desse modo, a condição da fugacidade e da efemeridade na transformação e na destruição, marcando o ritmo e o tempo do viver urbano, dá lugar a formas da cidade que atribuem sentidos e acomodam valores éticos e estéticos em meio à contingência do tempo. Esses valores enraízam memórias. E, com isso, reconstituem fragmentos que o mito das “harmonias econômicas” produz sobre a configuração espacial moderna urbano-industrial.

Na compreensão das mudanças levadas a efeito durante a urbanização de Goiânia nos anos de 1970, o contexto histórico também declara sentidos. Como ressaltam alguns críticos de arquitetura, de um modo geral, a maneira como se processou o novo concerto da nação fortemente centrado em urbanização pela ditadura militar, provocou um “isolamento” da arquitetura brasileira em relação ao cenário internacional.

Coincidentemente, no ano em que Caiubi Schultz muda-se para Goiânia, a Universidade Católica de Goiás forma a sua primeira turma de arquitetos. Para Bastos (2003, p.33), nesse período, um “código formal” havia tomado conta da arquitetura nacional, no qual a forma se antepõe ao uso, trazendo um modelo de desenho a priori – “com isso, a forma passou a imperar sobre a função, na medida em que os programas tiveram que se conter em formas puras”. É nesse período, que, em Goiânia, são construídos os prédios das faculdades de Direito e de Educação da UFG, no *Campus I*. Esses prédios, semelhantemente aos primeiros construídos no *Campus II* da UFG², guardam essas características formalistas fortemente marcadas pelo uso do concreto aparente. Fortemente influenciados pela estética arquitetônica do período pós-Brasília, os arquitetos vão replicar também em Goiânia os apelos “brutalistas” em prédios marcados pela “verdade construtiva” ou “sinceridade material”³.

2 O Campus I da UFG ocupa parte do “Setor Universitário”, próximo ao Centro de Goiânia. Os primeiros prédios que vão compor esse espaço datam dos anos de 1960. São o Hospital da Faculdade de Medicina (reforma de antigo prédio abandonado do Governo Estadual), e os prédios das faculdades de Engenharia e Farmácia. O Campus II, localizado na Fazenda Samambaia, ao norte da cidade, seria efetivamente ocupado a partir dos anos de 1970.

3 Bastos (2003) mostra que, formalmente, a arquitetura das estruturas urbanas feitas neste período no Brasil caracterizou-se pela ênfase na “verdade construtiva” ou “sinceridade material”, o que levava à exposição da estrutura, em geral em concreto, ou mesmo das alvenarias de vedação, feitas em tijolos ou blocos de concreto, à exposição das tubulações. A aspiração à industrialização da construção e ao desenvolvimento técnico exigia que os calculistas de concreto se enfeixassem ao

Se por um lado o contexto histórico nos ajuda na compreensão do repertório formal dos elementos construtivos (laje de cobertura, rampas, espaços integrados etc.), da pertinência da crítica da arquitetura contra a cidade⁴, por outro, coloca-nos a par de que a arquitetura feita por Caiubi Schultz para o Colégio de Aplicação pode ser mais bem compreendida como produto de sua trajetória pessoal e profissional. Assim, podemos entrever elementos heterogêneos, singulares, e locais, os quais podem vir à tona pela memória de Schultz. Articulando esse conhecimento, talvez seja possível contribuir para uma discussão sobre memória e história da arquitetura em Goiânia, feita a partir dos anos de 1970.

OBSERVAÇÕES SOBRE DESCONTINUIDADES

A construção do prédio do Colégio de Aplicação deu-se entre 1978 e 1980, execução do projeto de arquitetura pelo Escritório Técnico Administrativo/UFG, conforme anteprojeto arquitetônico assinado por Caiubi Schultz em 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS			
COLÉGIO DE APLICAÇÃO			
ESQ. 1100	ELEVACIONES		DES: A.C. ABRÃO
6/16	ARQUITETURA		DATA: 17-07-78
	COORDENADOR STA WILSON B. NASCIMENTO CREA 1721/2-4	VISTO PROJETO Caiubi CAIUBI C. SCHULTZ REA	VISTO ANA DO ROSARIO LIMA CREA 806/2-187 RES.
			ÁREA CONSTRUIDA 3.843,04m ²
			ÁREA OCUPADA P/CONSTR. 2.386,72m ²

Fig. 4: Carimbo do projeto executivo do Colégio de Aplicação, datado de 17 de julho de 1978. Fonte: Cegef/UFG.

máximo na noção de “desafio estrutural”. Para Sophia Telles (1995, p.70-71), é possível encontrar na “verdade construtiva” que caracteriza a arquitetura brasileira desse período certo sentido grego de produção da técnica – tornando-se, portanto, *poiesis*, na medida em que expressa um discurso e uma narrativa “sobre nós mesmos”.

4 Nesse caso, devido ao formalismo, não há nenhuma preocupação com a integração urbana. A arquitetura é marcada pela demanda das massas, e pelas respostas “tecnocráticas” dadas. Tem-se o edifício “solto” e descontextualizado.

Como podemos verificar no carimbo da prancha 6 (Arquitetura/Elevações), a área construída é de 3.943,04 m². Entretanto, conforme revelou Schultz em entrevista a mim concedida, a área construída no projeto original era quase o dobro da área definida no projeto executivo. Nesta entrevista, Schultz explicou que em 1978, ano em que se deu efetivamente a construção do prédio, o engenheiro Irineu Borges do Nascimento o procurou solicitando alterações nas dimensões do espaço total a ser construído. Deveria ser feita redução da área total edificada. Essa redução seria feita em função de diminuição do programa arquitetônico, exigida pelo Ministério da Educação e Cultura. Nascimento sugeriu então que o projeto original permanecesse inalterado e o conjunto total a ser edificado fosse executado por partes. Schultz respondeu, por escrito, o seguinte:

Sugiro não a construção parcial, para eventual acréscimo, do edifício já projetado, mas sim a redução do mesmo a um tamanho compatível com o programa⁵, mas de forma completa e acabada. Se, no futuro, for desejável um aumento da área construída, poderemos projetar outro pavilhão, integrado de forma harmoniosa ao conjunto, cuja adição não teria o caráter de “completar” mas sim de “ampliar” a obra. Assim sendo, o meu trabalho seria redução do projeto a um tamanho compatível com as verbas disponíveis e as novas especificações educacionais sugeridas, mantendo-se o mesmo partido e estilo arquitetônico do projeto original. (Schultz, 1978a)⁶

Como se vê, Schultz recusou-se a deixar intacto o projeto originalmente feito em 1974, pois teria que efetuar a execução “em partes” que sequer estavam previstas quando seriam de fato construídas. Entendeu que construindo isoladamente as partes do projeto original, perderia a inteligibilidade do partido e do estilo arquitetônico como um todo.

Para Schultz, um partido e um estilo arquitetônico não deve ser “completado”, mas sim “ampliado”. Isso mostra, em boa medida, que a sua

5 “1. Espaço arquitetônico definido de acordo com o conjunto de atividades sociais e funcionais nele exercido e com o papel que representa para a sociedade. Os programas arquitetônicos modificam-se no tempo segundo as novas necessidades criadas pelo homem. 2. Classificação, em termos genéricos ou minuciosa, do conjunto de necessidades funcionais correspondentes à utilização do espaço interno e à sua divisão em ambientes, recintos ou compartimentos, requerida para que um edifício tenha um determinado uso” (Albernaz e Lima, 1998).

6 Ofício enviado a Irineu Borges do Nascimento, engenheiro-chefe do ETA, no dia 10 de julho de 1978. Fonte: acervo particular de Caiubi Schultz.

obra é marcada pela singularidade do modo como concebe a arquitetura, não vendo o prédio como simples produto do processo construtivo industrial, ou unicamente resultante de resposta técnica, nem tampouco simples adequação à demanda construtiva. Ao se negar a construir o prédio “em partes”, faz prevalecer a concepção arquitetural como conjunto harmonioso, expresso pela inteligibilidade contida na concatenação da partes constitutivas enquanto linguagem técnica, mas também ideológica e simbólica.

É importante ressaltar que a singularidade da arquitetura do Colégio de Aplicação tem a ver também com o modo como Schultz relacionou-se com a área da educação no Brasil. Zenaide Cardoso Schultz, sua mãe, era pedagoga e assistente de Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) desde o início da década de 50. Desde que iniciou em 1955 o curso de arquitetura e urbanismo na Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA), passou a frequentar o Ministério da Educação, que, como se sabe, desde os anos de 1930 reunia intelectuais e arquitetos preocupados em formatar políticas culturais para o Brasil. Em 1958, quando ainda era estudante na FNA, passou a trabalhar como assistente do arquiteto Luiz Erasmo Moreira, na Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (CNEA/Inep).

Schultz formou-se em 1961, e continuou trabalhando como arquiteto na CNEA/Inep. No período que trabalhou na CNEA, projetou e construiu trinta e duas escolas, a maior parte era de escolas rurais localizadas em fazendas da zona da mata. Em 1960, projetou uma das escolas-parque concebidas por Anísio Teixeira⁷. Após esse período, o Inep o enviou aos Estados Unidos para fazer pós-graduação em Projetos e Construções Escolares na Flórida University, em Gainesville. Segundo seus relatos, essa formação na Flórida o fez passar a ver o prédio escolar principalmente como convergência de “três vetores”: representante de interesses e ideias, ideologias e equipamentos fisiofuncionais. Após voltar ao Brasil, Schultz (1966) desenvolveu a sua

7 Localizada na cidade de Morrinhos (GO). Anísio Teixeira criticava a educação erudita, e, pensando em uma “educação para o trabalho”, elaborou um sistema composto por “escolas-classe” e “escolas-parque”: quatro escolas-classe, para mil alunos cada, construídas no entorno de uma escola-parque, para quatro mil alunos, e os estudantes frequentariam ambas num sistema alternado de turnos. Na escola-parque funcionavam as atividades complementares: educação física, social, artística e industrial. A primeira escola-parque foi concebida em Salvador (Centro Educacional Carneiro Ribeiro - primeira etapa 1947/segunda etapa 1956), e foi projetada pelo arquiteto Diógenes Rebouças.

concepção sobre arquitetura de prédios escolares com maiores detalhes em artigo da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*⁸.

Como mostra Bastos (2007), as características do desenho moderno na concepção arquitetônica de escolas persistem no Brasil desde a Constituição de 1946⁹. Conforme dito acima, esse repertório modernista vai seguir homogêneo até o período pós-Brasília. Com isso, interessa ressaltar que a concepção de Schultz para a arquitetura escolar, sem descurar da influência homogeneizante do modernismo brasileiro, vai procurar, sobretudo, expressar a singularidade inscrita na convergência dos três vetores acima mencionados. Além disso, no seu entender, “a escola é a coisa mais importante da estrutura social brasileira. Se pudesse, projetaria escolas com paredes de um metro de largura. As escolas construídas no período do Império são sólidas, têm a sensação de permanência. Hoje em dia, se faz escola até de contêiner” (Schultz, 2010). Para ele, essa importância fica expressa como uma espécie de “currículo oculto” do educando, impresso nas formas e no espaço escolar.

No projeto original do Colégio de Aplicação, havia um auditório com vinte metros de largura, o qual compunha a volumetria da fachada principal. O auditório que lá atualmente se encontra era destinado originalmente a uma sala para palestras com projeções. Essa sala não teria a grande inclinação que o auditório construído apresenta, por isso teria dois acessos, sendo que um deles seria o lateral no nível do pátio norte. Sobre o auditório construído, Schultz fez os seguintes comentários:

Foi usada uma inclinação diferente da especificada. Ficou muito mais inclinado. Não vi nenhuma vantagem nessa modificação. Apenas desvantagens, pois em razão do aumento do volume interno houve, naturalmente,

8 Schultz, Caiubi. Ideias, sugestões e conceitos em arquitetura escolar. In *Revista Brasileira de estudos pedagógicos*. Brasília, v. 46, nº 104, p. 300-315, dez. 1966.

9 Em estudo de caso, Bastos (2007) relaciona a construção de escolas no Estado de São Paulo, desde a década de 40, ao repertório formal e à concepção espacial do modernismo no Brasil. “A arquitetura moderna passou a ser empregada nas escolas públicas a partir do Convênio Escolar, um acordo firmado em 1948 entre o Estado e o Município de São Paulo, cujas principais realizações ocorreram de 1949 a 1954. A prefeitura de São Paulo precisava se adequar à constituição de 1946, segundo a qual União, Estados e Municípios deviam aplicar no ensino público uma porcentagem da arrecadação de impostos. (...) Arquitetonicamente, é curioso observar que características do desenho moderno dos anos 40 e 50 no Brasil, que geraram as soluções formais da escola-parque em Salvador e do Convênio Escolar em São Paulo, persistem tanto nos CIEPs dos anos 80, quanto nos CEUs que seguem sendo construídos em São Paulo.”

diminuição da iluminação natural. As duas portas de entrada que davam acesso diretamente ao local dos oradores tiveram que ser eliminadas. O risco de acidentes foi aumentado, e a solução estética ficou prejudicada. A disposição e número de cadeiras, assim como suas dimensões, também foram alterados, para pior. (Schultz, 1978a)

Como se vê, os comentários de Schultz a respeito do aumento da inclinação da sala de projeções enumeram diversas desvantagens técnicas, assinalando a piora do conforto e a segurança do usuário. De modo geral, sinaliza também que “a solução estética ficou prejudicada”.

Apesar de ter sido incisivo e lacônico sobre as consequências estéticas nesse comentário escrito, na entrevista a mim concedida, Schultz frisa que a questão da *modenatura*¹⁰ é de uma enorme gravidade em seu trabalho. Empregando termos da matemática, diz que todos os “vetores” que compõem um projeto de arquitetura, especialmente uma arquitetura escolar, devem ser convergentes. É a ideia de convergência que perpassa todos os elementos dos seus projetos, desde os elementos técnicos até os construtivos, e põe em relevo cada elemento, seja formal ou espacial, como uma questão de *modenatura*. Com isso, expõe que é a *modenatura* inerente a cada elemento do partido arquitetônico que o torna potencialmente vetor de convergência. Daí que, para o arquiteto, manter o partido arquitetônico, e com ele o seu conjunto harmônico, é mais importante do que retirar ou acrescentar partes ou detalhes.

Conforme Schultz, para que fosse preservada a “convergência” dos diversos elementos do projeto, interessava que o todo construído não apresentasse descontinuidades. Para que fosse construído um conjunto harmônico, preservada a *modenatura* de cada elemento do projeto, seria necessário levar a cabo a construção do prédio sem descontinuidades entre o projeto e a construção. Prova disso é que, refeito o projeto cinco meses depois – 15/12/1978, conforme Schultz (1978b) –, ele discorda das descontinuidades introduzidas no desenho da escada projetada para o edifício central:

Concordo com as alterações introduzidas, fazendo ressalva apenas para a modificação feita na escada do prédio principal, que foi estreitada para 1,5 m.

10 “Modenatura” significa o modo como cada uma das partes do conjunto arquitetural é tratada plasticamente, compondo assim a harmonia das partes interligadas.

Peço-lhe que, neste caso, seja respeitado o risco original, com 2 m de largura e sem descontinuidade de dimensões dos pisos dos degraus, fator fundamental de segurança nas escadas, especialmente numa escola. Tenho certeza de que a manutenção do risco original só trará benefícios, tanto em segurança como em conforto e estética. (Schultz, 1978b)

A retirada de meio metro na largura da escada do prédio principal provocou diminuição na profundidade dos degraus, já que se trata de uma escada helicoidal (ver Fig. 5 e 6). Schultz põe outra vez em relevo a questão da segurança e conforto ao discordar das intervenções (descontinuidades) feitas em seu projeto, visíveis no artefato construído. Novamente, sem discorrer aprofundadamente no texto, Schultz inclui o fator “estética”. Contudo, a manutenção da concepção estética em conjunto com a técnica é que garantiria a continuidade do partido e do estilo arquitetônico. Daí se vê, portanto, que a descontinuidade técnica, neste caso, implicaria também em descontinuidade estética.

Por outro lado, vale ressaltar que a inobservância da modenatura dos elementos por causa da descontinuidade da estética da escada é ainda mais relevante do que a observação feita sobre a alteração na inclinação do auditório. A relevância estética da escada decorre de sua posição de centralidade no conjunto do edifício. E essa centralidade não é casual. Ao contrário, é planejada. Trata-se de um ápice de convergência do conjunto arquitetônico. Sendo feita em concreto aparente, a escada deveria expressar virtuosidade técnica. Mas, para além disso, essa virtuosidade tinha como objetivo destacar monumentalmente a ideia de “ascensão” como principal produto da atividade educacional.

Segundo Schultz (2010)¹¹, as dimensões traçadas para a escada, bem como o seu material construtivo e a sua posição central foram definidos no conjunto arquitetônico, não somente por seus aspectos técnicos, ou pela beleza da sublime plasticidade do concreto armado – interessava ao arquiteto materializar o símbolo de “ascensão” espiritual e social que a educação promove... Essa escada helicoidal, de dois metros de raio, em concreto armado aparente, cumpriria o efeito simbólico de “ascensão”. Com efeito, estaria materializada a entrada da escola muito mais como um lugar de ascensão do que um mero lugar de passagem.

11 Entrevista realizada no dia 05 de agosto de 2010.

É certo que, funcionalmente, a escada é apenas um espaço de ascensão e passagem entre o térreo e o primeiro piso. Contudo, simbolicamente, materializaria determinada concepção do sistema e da prática educacional¹². Para Schultz, esse intento seria indubitavelmente alcançado, caso fosse respeitado o projeto originalmente feito por ele para uma escada delgada, leve, cujos movimentos harmônicos transportariam seus usuários para a ideia de “movimento para o alto”. Repetindo o que Schultz disse na citação acima: “Tenho certeza de que a manutenção do risco original só trará benefícios, tanto em segurança como em conforto e estética”.

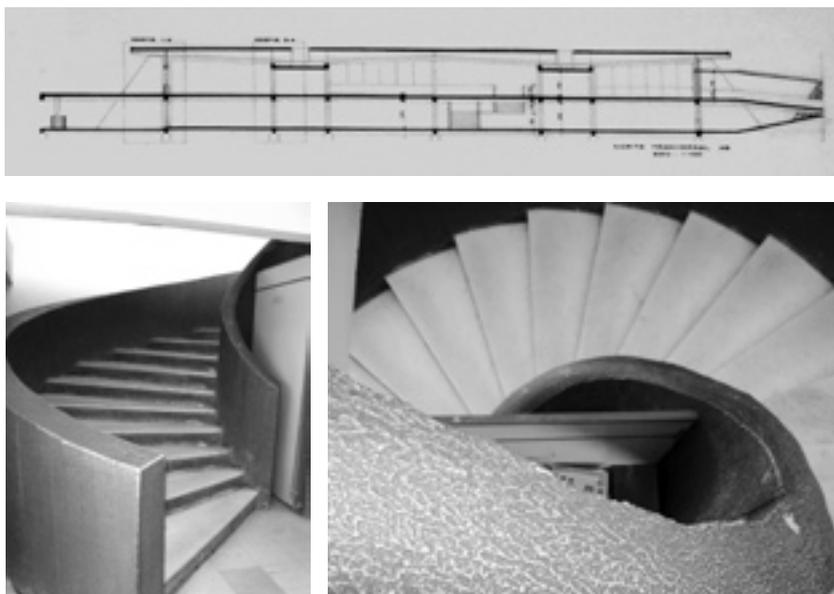


Fig. 5: Corte transversal, assinaladas a marquise de entrada e a escada helicoidal. Abaixo, fotografia da escada. Autor: Wilton Medeiros.

12 A concepção de sistema e prática educacional de Caiubi Schultz é baseada nos escritos de Anísio Teixeira, sobretudo no livro *Educação não é privilégio* (1957).

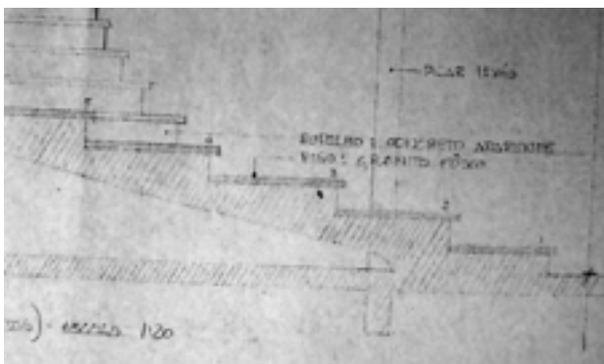


Fig. 6: Detalhe do “risco original” da escada, feito em grafite sobre papel manteiga. Fonte: acervo de Caiubi Schultz; ao lado, fotografia de cima da escada. Autor: Wilton Medeiros.

Conforme foi especificado pelo arquiteto, a escada deveria ter como acabamento o próprio concreto aparente da estrutura. Passados três anos da inauguração do prédio, a pedido do então diretor Paulo Marcelino, Schultz elabora um relatório em que descreve e comenta outras treze descontinuidades ocorridas entre as especificações do projeto arquitetônico e o que efetivamente se construiu. Reitera, há descontinuidade entre o teor estético e técnico na escada. Caso as especificações de projeto fossem seguidas na construção da escada, isso seria evitado:

O dimensionamento foi exagerado. O calculista poderia ter sido bem mais ousado. O resultado foi um elemento pesado e deslegante ao invés de algo leve e proporcional. O acabamento da escada deveria acompanhar o resto da estrutura do prédio. (Schultz, 1983)

Schultz não havia mencionado nos ofícios enviados ao ETA, em 1978, a questão do dimensionamento exagerado no cálculo da estrutura do concreto armado. Porém, em 1983, enfatiza com maior rigor o cerceamento da função estética do elemento arquitetônico, na medida em que ocorre o superdimensionamento estrutural.

Vistos no presente como memória, os escritos em que Schultz registra as descontinuidades entre o projeto arquitetônico e o prédio construído revelam a busca pelo domínio da experiência da contingência que, juntamente com a experiência e a contingência do humano, trazem à tona a dimensão da memória, e desse modo possibilitam a discussão sobre a

materialização das discontinuidades entre espaço e espacialidades. Revela que as construções sobre o espaço urbano requerem muito mais que a linearidade do formato técnico e objetivo, expressando a frágil relação entre técnica e estética, deixando expostas as fraturas na modenatura dos elementos arquitetônicos. Pois, na medida em que as discontinuidades expostas transformam-se em “vazios de sentido”, tornam-se também superáveis pelo domínio da experiência da contingência, pela (re)construção de um pensamento histórico sobre a materialização da cidade.

As discontinuidades observadas por Schultz, entre o projeto e a construção da escada, foram também observadas para a estrutura do prédio como um todo, uma vez que “*o acabamento da escada deveria acompanhar o resto da estrutura do prédio*”. Além do peso desnecessário acrescentado às estruturas de concreto, Schultz observa que a “sinceridade” do concreto armado também foi retirada, na medida em que em diversos pontos foram-lhe acrescidos “chapiscos” ou retirada a sua cor natural, invisibilizada com camadas de tinta azul.

O projeto original previa toda a estrutura, externa e internamente em concreto aparente. Assim, todos os pilares e vigas receberiam o mesmo tratamento e funcionariam como molduras aos panos das paredes. O reboque e pintura que lhes foi aplicado empobreceram sobremaneira o objetivo de detalhe arquitetônico visado (além de terem custado muito caro e de serem muito fácil). (Schultz, 1983)

Como se vê, Schultz ressalta novamente a discontinuidade da modenatura dos elementos do projeto arquitetônico. A estrutura, aparente, eximamente calculada, deveria cumprir a função estética de “moldura” dos panos de paredes. Havia uma intenção implícita de complementaridade e convergência entre todos os elementos técnicos e estéticos, de forma a incluir a totalidade de sua estrutura de sustentação.

Como disse anteriormente, optando pela manutenção do partido arquitetônico, Schultz retirou do projeto original alguns elementos, como o auditório que seria localizado na fachada principal do edifício. Entretanto, a marquise de entrada, que cumpria ao mesmo tempo a função de espaço de recepção e elemento de transição entre o prédio principal e o referido auditório, manteve-se no projeto, porém foi retirada do prédio construído. Ao deparar-se com o prédio construído e a ausência da marquise de entrada, o arquiteto fez o seguinte comentário:

Realmente não compreendi porque não foi construída. Esse elemento arquitetônico, em qualquer edifício de grande afluência, é indispensável, tanto para a proteção dos que entram e saem, como para a proteção do próprio *hall* do prédio. Sem a marquise o *hall* estará sujeito à chuva e as pessoas não terão um elemento de transição entre o interior e o exterior. Mas ainda é tempo. Poderá e deverá ser construída o mais breve possível. (Schultz, 1983)

Como se vê, Schultz apresenta uma explicação eminentemente técnica para que não houvesse descontinuidade entre o projeto arquitetônico e a construção da marquise. Na realidade, a marquise, como a escada, fazia parte da “unidade estética” pretendida pela “sinceridade dos materiais” aparentes. Além disso, deveria haver uma inter-relação com a escada principal, para formar o conjunto de recepção ao transeunte que chega ao edifício. Ao optar por ressaltar apenas as características técnicas (afluxo de pessoas/segurança e conforto térmico e lumínico) para proteção dos transeuntes, Schultz trata de forma lacônica a complexa passagem do mundo conceitual para a dimensão experimental.

Como aponta Lucrécia Ferrara (2007), na economia do desenho, a espacialidade constitui harmonia de determinada ordem visual plana; entretanto, entre espaço e espacialidade não ocorre relação linear de causa e consequência – o espaço é colocado nos seus limites pelas espacialidades que o representam e que, por sua vez, são apreensíveis por meio de visualidades e comunicabilidades.

No referido relatório apresentado ao diretor Paulo Marcelino, além das considerações feitas sobre a marquise de entrada e a escada, Schultz comenta também sobre o *hall* de exposições:

Hall de exposições. Este espaço, junto ao *hall* de entrada e situado entre este e a biblioteca, destinava-se a servir como local de exposições dos trabalhos dos alunos, exposições de arte, alusões comemorativas etc. Seria, portanto, um elemento de grande incentivo àquelas atividades. Foi simplesmente substituído por duas pequenas salas (administrativas?). Será que valeu a pena? (Schultz, 1983)

Como se vê, a ideia de “unidade estética” válida para o conjunto do edifício incluía os espaços destinados ao incentivo a atividades artísticas.

Acredito que as considerações feitas por Schultz em seu relatório, ainda que esmerado pela objetividade, mostram bem que a relação entre espaço e espacialidade não é simplesmente linear; ao contrário, o espaço é colocado nos seus limites pelas espacialidades, e, nesse limite, vistas como “memória”, abrem janelas de compreensão sobre as mudanças efetuadas no tempo.

Antes de enumerar no relatório todas as descontinuidades entre projeto arquitetônico e prédio construído¹³, Schultz pondera sobre os efeitos de seu relatório, muito mais como “arquivo” do que de qualquer outra natureza:

As observações que se seguem não são, absolutamente, crítica ou dúvida quanto à procedência das alterações e modificações sofridas ou introduzidas no projeto, mas tão somente um relato, para fins de arquivo, sobre o que foi planejado e especificado e o que foi efetivamente executado. (Schultz, 1983)

Como se vê, estava claro para o arquiteto que as observações feitas sobre as descontinuidades existentes entre o que foi arquitetonicamente projetado e a real construção do prédio estariam inscritas em uma terceira dimensão de análise: a memória.

Para Lucrécia Ferrara (2007, p. 15), a passagem do mundo conceitual e racionalmente ordenado de um projeto, qualquer que seja ele, para a dimensão experimental, construída e vivida, obriga a incorporar à espacialidade o volume e seu contexto como sítio ou entorno, entendidos como um todo que a espacialidade ajuda a evidenciar. Assim, podemos ver um paralelismo entre o limite da espacialidade de construção do edifício, o espaço do projeto do prédio e do *Campus*, e a concepção que vê a cidade como fugacidade e efemeridade na transformação econômica inerente à urbanização.

Desse paralelismo, as formas passadas da cidade surgem no presente como reconciliadoras de aspectos de oposições, consequências da condição fugaz e efêmera do homem, do ritmo de transformação do urbano. Por isso, importa apreendermos as visualidades e comunicabilidades dessas formas do passado. Implicadas no processo de espacialização

13 No total, foram observadas quatorze descontinuidades em 1983.

do *Campus* da UFG, e mais especificamente do Colégio de Aplicação, as análises dessas descontinuidades permitem que a passagem do mundo conceitual e racionalmente ordenado a outro experimental seja compreendida.

Para que seja efetuada essa passagem da linearidade do espaço conceitual para a espacialidade dos volumes construídos/vivenciados, faz-se necessário o emprego de um método que dê conta da apreensão do tempo em que se processaram as vivências. Esse método é denominado por Eckert e Rocha (2005) de “etnografia da duração”. Por meio desse tipo de etnografia, tornam-se tangíveis as configurações das memórias. Consequentemente, as memórias podem tornar visíveis as formas invisibilizadas.

Pela via da memória, é possível rastreamos os territórios enraizadores de sentidos e os rejuntes que combatem descontinuidades temporais. Os “fantasmas do esquecimento” surgidos de “crises de civilização” (Simmel, 1979) são reconduzidos pelas análises às nucleações imagéticas de estética/ética. Essas nucleações efetuam a comunicabilidade das espacialidades. Conforme Rocha e Eckert (2008), as formas do passado são “sedes de sentido” onde há uma “nova ordem de significado” satisfatória e conciliadora com a obra do tempo descontínuo.

Ao registrar em arquivo a perda da modenatura de diversos elementos arquitetônicos do então Colégio de Aplicação da UFG, Schultz constitui possibilidades para a construção de “sedes de sentido” no presente. Essas “sedes de sentido” permitem-nos conciliar outra ordem de descontinuidades, contidas nas fraturas da memória.

CONSIDERAÇÕES: OBSERVAÇÕES SOBRE OUTRAS CONTINUIDADES E CONVERGÊNCIAS

Importante observar, por meio de uma “etnografia da duração”, que a apropriação, pelos usuários, dos espaços e das formas do Colégio de Aplicação da UFG também apresenta descontinuidades e contínuidades. No que se refere à iluminação natural proposta por Schultz como elemento técnico marcante para o conforto térmico e a otimização energética do prédio, dentre inúmeros exemplos, ressalto dois: a iluminação natural que incide sobre os dois pátios internos e a que incide sobre as salas.



Fig. 7: Fotografia do pátio sul do Colégio de Aplicação da UFG. Fig. 8: Fotografia do pátio norte. Autor: Wilton Medeiros.

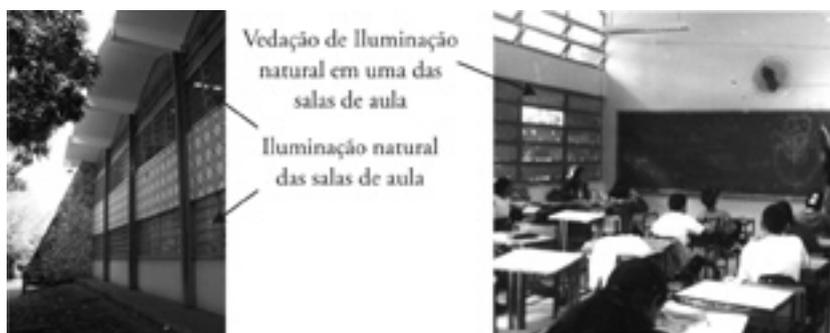


Fig. 9: Fotografia de parte da fachada principal do Colégio de Aplicação da UFG. Autor: Wilton Medeiros; Fig. 10: Fotografia de uma sala de aula. Fonte: Acervo do Cepae/UFG.

A iluminação natural que incide sobre os pátios internos do prédio é um bom exemplo de continuidade e convergência entre os elementos arquitetônicos. Para Schultz, os espaços internos proporcionados pelos pátios também configuram parte do “currículo oculto”, acima referido. Schultz acredita que o conjunto de pátios da escola indica que os espaços de aprendizado escolares localizam-se para além dos espaços fechados das salas de aula. A característica dos pátios proporcionaria vivências somente possíveis de serem realizadas em espaços menos formais. No pátio, ocorre perfeita integração entre luminosidade, visualidade, e integração entre interior e exterior do prédio.

Essa mesma integração entre luminosidade e visualidade não ocorre nas salas de aula localizadas na parte oeste do edifício (parte interna da fachada principal). Como se pode constatar na Fig. 10, durante o processo de apropriação das salas pelos professores e alunos, ocorreram vedações de incidência da luz natural. Essas vedações estão na altura do campo visual do aluno. Com isso, veda-se também a visibilidade do aluno à paisagem exterior ao prédio.

Se por um lado o impedimento da visibilidade da transparência do vidro significa diminuição da luminosidade no interior da sala, por outro lado, tal impedimento significa também ausência de integração estética entre interior e exterior do prédio por meio da transparência do vidro. Assim, podemos perceber que as discontinuidades promovidas durante a apropriação do espaço construído pelos seus usuários também produzem rupturas funcionais e estéticas. Ainda que a vedação das janelas tenha causado a diminuição do índice lumínico, e, com isso, a consequente instalação de luz elétrica, há um sentido e um significado impressos nas vivências do espaço da sala de aula que interditam o acesso visual do aluno ao exterior do prédio, e mesmo à cidade lá fora.

Portanto, é interessante perceber no âmbito da apropriação dos espaços construídos, que ocorre outro nível de “nucleação imagética”, um tipo diferenciado de estética e subjetividade, impresso pelo uso das suas formas. Desse modo, nas vivências da espacialidade, atribuições de sentido e significado nem sempre coincidem com as atribuições pré-determinadas seja pelo projeto, seja pelo prédio construído.

Percebe-se também que, no nível da apropriação dos espaços construídos, outros sentidos e significados foram impressos pelos usuários do auditório. No arquivo de imagens do Cepae/UFG, há grande quantidade de fotografias que registram os mais diversos tipos de eventos ocorridos no auditório, indicando a versatilidade do espaço e a aceitação do usuário para apropriar-se dele nas mais diferentes ocasiões. Reproduzo algumas dessas fotografias nas figuras 11, 12 e 13, abaixo.



Fig. 11: Apresentação cultural no auditório do Colégio de Aplicação.
s/d. Fonte: Acervo Cepae



Fig. 12 e 13: Aula e palestra no auditório do Colégio de Aplicação.
[s/d] Fonte: Acervo Cepae

Como podemos observar nas imagens de apropriação pelos usuários do auditório, as nucleações imagéticas do arquivo do Cepae/UFG tomam um sentido inesperado, diverso do que propôs o arquiteto. O que está registrado nesse arquivo de fotografias é que os usuários do prédio são também construtores da espacialidade, possibilitando formas diferenciadas (e inesperadas) de estética.

Outro exemplo de atribuição de novo sentido e significado por parte dos usuários do prédio, também exemplo de “nucleação imagética”, encontra-se na apropriação feita do ladrilho hidráulico que compõe as fachadas oeste (fachada principal) e leste – ver figuras 14 e 15.



Fig. 14: Painel composto de ladrilhos hidráulicos na fachada principal do Colégio de Aplicação. Fonte: Acervo Cepae



Fig. 15: Fotografia do detalhe do painel. Autor: Wilton Medeiros.

A imagem desses ladrilhos hidráulicos recentemente tem sido reconhecida como símbolo do Cepae. Tornou-se relevante na composição da imagem da instituição, e tem sido empregado nos cartazes de promoção de eventos e outras publicações vinculadas à Unidade – ou seja, tem sido empregado na construção imagética da identidade institucional.

Era intenção de Schultz que o ladrilho hidráulico fosse utilizado em todos os pisos do Colégio de Aplicação, o que também acabou não ocorrendo. Sua utilização ficou restrita aos painéis das fachadas oeste (principal) e leste (fundos). Perguntado sobre o processo de composição deste painel, Schultz disse que simplesmente dirigiu-se a uma loja especializada e escolheu pessoalmente um dos modelos de ladrilho que estava à venda, e depois elaborou a composição horizontal dos painéis nas fachadas, tal como se encontram atualmente. A apropriação do ladrilho utilizado para compor o painel da fachada principal como imagem institucional mostra que de alguma forma a estética da arquitetura em algum momento vai integrar-se à estética de apropriação dos usuários do prédio.

Finalizo esse texto comentando sobre a utilização da pedra como material construtivo, mas, ao mesmo tempo, empregada por Schultz no projeto arquitetônico para um fim deliberadamente simbólico. Como vimos anteriormente, Schultz acredita que um prédio escolar deveria simbolizar perenidade e imprimir sua importância na estrutura social – daí que, se pudesse, “projetaria escolas com paredes de um metro de largura” (conforme já citado). As paredes das fachadas laterais (norte e sul) do prédio do Colégio de Aplicação não são apenas revestidas, elas são inteiramente de pedras (ver figura 16).



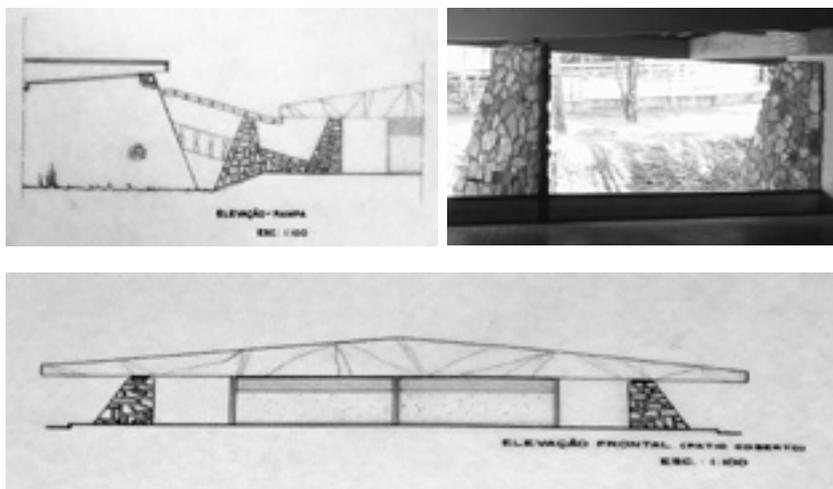
Fig. 16: Alvenaria de pedra nas laterais do edifício. Fonte: Acervo do CEPAE/UFMG

Vale lembrar que o uso da pedra como material construtivo está inserido no repertório formal da arquitetura cujos apelos “brutalistas” em prédios são marcados pela “verdade construtiva”. Além disso, conforme o próprio arquiteto mostrou em visita ao local, o ambiente interno das salas ladeadas por essas paredes tem a função técnica de proporcionar conforto térmico, o que forma um caso perfeito da modenatura arquitetural. Pode-se ver na figura 17 a fotografia da parede de pedra, compondo o ambiente da biblioteca do Colégio.



Fig. 17: Fotografia de parte da parede em alvenaria de pedra, fachada sul, ambiente interno da biblioteca. Autor: Wilton Medeiros.

Schultz estendeu o uso da pedra também na passarela de ligação com o pátio externo e também no pátio interno (ver figuras 18, 19 e 20), um dos elementos mais marcantes do projeto e do prédio construído, precisamente por sua força simbólica relacionada à ideia de institucionalização da educação, tal como intencionou o arquiteto.



No decorrer do tempo e após a transformação do Colégio de Aplicação em Centro de Pesquisa Aplicada a Educação (Cepae), os espaços construídos tiveram de ser ampliados. Entretanto, a linguagem formal do prédio principal foi esquecida, e foram sendo projetados e construídos prédios com diversas outras linguagens, cujas discontinuidades espaciais exigiram novas nucleações imagéticas e outro esforço de reconstrução da memória.

A meu ver, o prédio principal do atual Cepae deveria ser alvo de uma política de preservação e revitalização, já que atualmente podemos considerar o prédio que abrigou o Colégio de Aplicação como um patrimônio histórico, artístico e cultural. Um típico caso de patrimônio moderno no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, M. P.; LIMA, C. M. *Dicionário ilustrado de arquitetura*. São Paulo: Proeditores, 1998.

BASTOS, M. A. J. *Pós-Brasília: rumos da arquitetura brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. *A escola-parque: ou o sonho de uma educação completa* (em edifícios modernos). Disponível em: < <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/178/artigo122877-1.asp>> Acesso em: 06 nov. 2007.

ECKERTC, C.; ROCHA, A. L. C. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS Editora, 2005.

FERRARA, L. *Espaços comunicantes*. São Paulo: Annablume. 2007.

SIMMEL, G. A Metrópole e a Vida Mental. In VELHO, O. (Org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MEDEIROS, W. A. Goiânia Metrópole: sonho, vigília e despertar (1933/1973). Tese de Doutorado. Goiânia: UFG. 2010.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *A cidade como sede de sentidos*. In *Iluminuras*, V. 9, N. 20, 2008. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile/9296/5364>> Acesso em: 06 nov. 2007.

RÜSEN, J. *Razão histórica*. Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

SIMMEL, G. A Metrópole e a Vida Mental. In VELHO, O. (Org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

SCHULTZ, C. Ideias, sugestões e conceitos em arquitetura escolar. In *Revista Brasileira de estudos pedagógicos*. Brasília, v. 46, nº 104, p. 300-315, dez. 1966.

TEIXEIRA, A. *Educação não é privilégio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1957

TELLES, S. S. Documento Paulo Mendes da Rocha. A casa no Atlântico. *AU*, n.º 60, jun/jul. 1995, pp. 70-71.

DOCUMENTOS DO ACERVO PARTICULAR DE CAIUBI SHULTZ

SHULTZ, C. *Ofício enviado ao Escritório Técnico Administrativo*. 10/07/1978a.

_____. *Ofício enviado ao Escritório Técnico Administrativo*. 15/12/1978b.

_____. *Relatório enviado ao Diretor do Colégio de Aplicação, Prof. Paulo Marcelino*. 1983.

_____. *Cópias heliográficas do anteprojeto de arquitetura do Colégio de Aplicação*. s/d.

ACERVO DO CEGEF

BRASIL. Plantas de projeto executivo. Escritório Técnico-Administrativo da UFG. Goiânia: UFG. 1978.

ACERVO DO CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO – CEPAE/UFG

Fotografias diversas